COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE

CNPJ sob o nº 21.255.567/0001-89- NIRE nº 3130004221-9

FATO RELEVANTE

Belo Horizonte/MG 8 de maio de 2024 - COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE ("Companhia"), sociedade empresária inscrita no CNPJ sob o nº 21.255.567/0001-89, com sede à Avenida Dr. Alcides Gonçalves, 1500 - Santanense, Itaúna - MG, 35681-184, CTSA3 e CTSA 4, vem informar o que segue:

Conforme já amplamente informado, desde o fim da pandemia, a Companhia vem tendo seus negócios negativamente impactados pela combinação de fatores adversos que acarretaram dificuldades financeiras.

A controladora da Companhia, a Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas, e outras empresas do grupo, divulgaram "Fato Relevante" nesta data informando ao mercado que protocolaram pedido de recuperação judicial.

Neste contexto, com o objetivo de garantir a preservação das atividades empresariais e dos ativos da Companhia e de sua controlada a Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda., a Companhia informa que obteve na data de ontem o deferimento do pedido de recuperação judicial, em conjunto com outras empresas do grupo.

Neste contexto, com o objetivo de garantir a preservação das atividades empresariais e de ativos da Companhia e de sua controlada a Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda., que ficariam sujeitas a dano irreparável, a Companhia informa que requereu Recuperação Judicial, em conjunto com outras empresas do Grupo e obtiveram deferimento de seus pedidos, conforme trecho da decisão de ontem 07 de maio de 2024:

"37. Pelo exposto, DEFIRO parcialmente o pedido de tutela de urgência para determinar: i) a impossibilidade temporária de produção de efeitos da Notificação Farallon, pela qual noticiou-se o vencimento antecipado das debêntures e a consolidação da propriedade das ações de emissão da requerente AMMO e de titularidade da requerente CSA, não só pelas questões contratuais, mas também por

serem caracterizadas como ativos essenciais, diante do fato de ser a detentora das principais marcas do Grupo Coteminas, equiparando-se, portanto, a bens de capital essencial ao desenvolvimento da atividade empresarial do Grupo Coteminas, permitindo-se a continuidade do controle e das suas atividades durante o stay period de que trata o art. 6o da Lei no 11.101/2005, sob pena de multa a ser fixada por este Juízo; ii) a suspensão de todas as ações e execuções contra os devedores, nos termos do art. 6o, da Lei 11.101.05; iii) determinar que as partes que mantêm com as Autoras contratos e obrigações, se abstenham de proceder a resolução desses negócios jurídicos, isso em função da distribuição do presente pedido de recuperação judicial; ressalvo, no entanto, que situações excepcionais podem ser objeto de reanálise por este Juízo, que poderá modular esta decisão em casos específicos, se demandado a tanto.”

Com a concessão do pedido formulado a Companhia entende que conseguirá a sua reestruturação financeira e de todas as empresas do Grupo.